

Resolução DE- 054/04

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO No. 1563/OC-BR

entre o

Associação de Municípios do Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Linha nº 68
Fls. 14
Data 07/07/04
BM 22955

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte (DRENURBS)

2 de julho de 2004

LEG/REI/IDBDOCS: 322589

CONFERE COM O ORIGINAL

C.P.F.: 555.104.900 78/C.S. M-1454.646

ASS: Patrícia R. Gouveia, RM: 27.698 0

Sec. Mun. Planejamento e Coord. Geral

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

INTRODUÇÃO

Partes, Objeto, Elementos Integrantes, Órgão Executor e Garantia

1. PARTES E OBJETO DO CONTRATO

CONTRATO celebrado no dia 2 de julho de 2004 entre o MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE, do Estado de Minas Gerais, da República Federativa do Brasil, a seguir denominado "Mutuário", e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, a seguir denominado "Banco", para cooperar na execução de um programa, a seguir denominado "Programa", que consiste em melhorar a qualidade de vida da população do Município de Belo Horizonte, através do controle e recuperação das suas condições ambientais. O Anexo A apresenta os aspectos mais relevantes do Programa.

2. ELEMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO E REFERÊNCIA ÀS NORMAS GERAIS

(a) Integram este Contrato as Disposições Especiais, as Normas Gerais, os Anexos A, B e C, e o Contrato de Garantia, que se juntam ao presente. Se alguma estipulação das Disposições Especiais, dos Anexos, ou do Contrato de Garantia não concordar ou estiver em contradição com as Normas Gerais, prevalecerá o disposto nas Disposições Especiais, no Anexo ou no Contrato de Garantia respectivo, conforme o caso. Quando existir discrepância ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais, dos Anexos ou do Contrato de Garantia, será aplicado o princípio de que a disposição específica prevalece sobre a geral.

(b) As Normas Gerais estabelecem pormenorizadamente as disposições de procedimento relativas à aplicação das cláusulas sobre amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e supervisão, desembolso, bem como outras disposições relacionadas com a execução do Programa. As Normas Gerais incluem também definições de caráter geral.

3. ÓRGÃO EXECUTOR

As partes concordam que a execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas pelo Mutuário, por intermédio da Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental, que para os fins deste Contrato será denominada indistintamente "Órgão Executor" ou ("SCOMURBE").

1563/OC-BR

CONFERE COM O ORIGINAL

D.F.F.: 555.107.906-18

ASS: Rafael R. G. G. G. BM: 27.698.0

Sec. Mun. Planejamento e Coord. Geral

4. GARANTIA

Este Contrato fica sujeito à condição de que a República Federativa do Brasil, a seguir denominada "Fiador", garanta, solidariamente e em condições que o Banco considere satisfatórias, as obrigações financeiras contraídas pelo Mutuário e assuma diretamente as que lhe correspondam, de acordo com o Contrato de Garantia.

CAPÍTULO I

Custo, Financiamento, Disponibilidade de Moeda e Recursos Adicionais

CLÁUSULA 1.01. Custo do Programa. O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a setenta e sete milhões quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América (US\$77.500.000). Salvo disposição em contrário neste Contrato, o termo "dólares" significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

CLÁUSULA 1.02. Valor do Financiamento. (a) Nos termos deste Contrato, o Banco compromete-se a conceder ao Mutuário, e esta aceita, um financiamento, a seguir denominado "Financiamento", a débito dos recursos do Mecanismo Unimonetário do Capital Ordinário do Banco, até um montante de quarenta e seis milhões e quinhentos mil dólares (US\$46.500.000) que façam parte dos referidos recursos. As quantias desembolsadas a débito deste Financiamento constituirão o "Empréstimo".

(b) O Mútuo será um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR e poderá ser alterado para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável somente se o Mutuário e o Fiador decidirem realizar esta alteração de acordo com o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01 (g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Disponibilidade de Moeda. Não obstante o disposto nas cláusulas 1.02 e 3.01 (a), destas Disposições Especiais, se não tiver acesso à Moeda Única pactuada, o Banco, em consulta com a Mutuária, desembolsará outra Moeda Única que julgue apropriada. O Banco poderá continuar efetuando os desembolsos em outra Moeda Única que julgue apropriada enquanto continuar a falta de acesso à Moeda Única pactuada. A amortização do Empréstimo pela Mutuária será feita na Moeda Única desembolsada, com os encargos financeiros que correspondam a essa moeda.

CLÁUSULA 1.04. Recursos adicionais. O valor dos recursos adicionais que, de acordo com o Artigo 6.04 das Normas Gerais, a Mutuária se compromete a prover oportunamente, para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente a trinta e um milhões de dólares (US\$31.000.000), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em dólares, será adotada a regra indicada na alínea (b) do Artigo 3.06 das Normas Gerais.

CONFERE COM O ORIGINAL

1563/OC-BR

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: B. Trícia R. Guaray BM: 27.698-0
Sec. 4.º Planejamento e Coord. Geral

Paulo Roberto Guaray
Assessor de Planejamento e Coordenação
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

CAPÍTULO II

Amortização, Juros, Inspeção e Supervisão e Comissão de Crédito

CLÁUSULA 2.01. Amortização. O Empréstimo deverá ser amortizado pela Mutuária mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, tanto quanto possível, iguais. A primeira prestação deverá ser paga no dia 15 de agosto 2009, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais, e a última até o dia 2 de julho de 2029.

CLÁUSULA 2.02. Juros. (a) O Mutuário pagará juros sobre os saldos devedores diários do Empréstimo a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Baseada na LIBOR. O Banco notificará ao Mutuário, tão logo seja possível, depois de determinar a taxa de juros aplicável durante cada Trimestre ou Semestre, conforme o caso. Se o Mutuário decidir alterar sua escolha da taxa de juros para o Mecanismo de Moeda Única, conforme o estipulado na Cláusula 2.03 destas Disposições Especiais e no Artigo 4.01 (g) das Normas Gerais, o Mutuário pagará juros a uma taxa que se determinará de acordo com o estipulado no Artigo 3.04 das Normas Gerais para um Empréstimo do Mecanismo Unimonetário com Taxa de Juros Ajustável.

(b) Os juros serão pagos semestralmente nos dias 15 dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir de 15 de agosto de 2004, de acordo com o disposto no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03 Confirmação ou opção para alterar a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento. De acordo com o disposto no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, o Mutuário, com o consentimento por escrito do Fiador, deverá confirmar para o Banco, por escrito, como condição prévia ao primeiro desembolso do Financiamento, sua decisão de manter a opção de taxa de juros aplicável ao Financiamento conforme o estipulado nas Cláusulas 1.02(b) e 2.02(a) destas Disposições Especiais, ou sua decisão de modificar sua opção pela taxa de juros selecionada para a alternativa de Taxa de Juros Ajustável. Uma vez que a Mutuária tenha exercido sua opção, de acordo com o estipulado no Artigo 4.01(g) das Normas Gerais, a alternativa de taxa de juros aplicável ao Financiamento não poderá ser alterado novamente, em nenhum momento durante a vigência deste Contrato de Empréstimo.

CLÁUSULA 2.04. Recursos para inspeção e supervisão gerais. Durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos do Financiamento para atender despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período, em consequência da revisão que efetua semestralmente sobre os encargos financeiros dos empréstimos que concede, e notificar ao Mutuário a respeito. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um Semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do valor do Financiamento, dividido pelo número de Semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

1563/OC-BR

Patricia Ribeiro Guaracy
Assessoria de Planejamento e Coord. Geral
Ministério de São Paulo - 314 27.695-0

CONFERE COM O ORIGINAL

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: *Patricia R. Guaracy* BM: 27.698-0

Sec. Mun. Planejamento e Coord. Geral

5

CLÁUSULA 2.05. Comissão de crédito. O Mutuário pagará uma Comissão de Crédito de 0.25% ao ano, conforme o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais. Este percentual poderá ser modificado semestralmente pelo Banco, sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto no mencionado Artigo.

CAPÍTULO III

Desembolsos

CLÁUSULA 3.01. Moedas dos desembolsos e utilização dos recursos. (a) O Financiamento será desembolsado em dólares que façam parte do Mecanismo Unimonetário dos recursos do capital ordinário do Banco, para pagar bens adquiridos e serviços e obras contratados mediante licitação internacional e para os outros propósitos indicados neste Contrato.

(b) Os recursos do Financiamento serão utilizados somente para o pagamento de bens e serviços originários dos países membros do Banco.

CLÁUSULA 3.02. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Financiamento está condicionado a que o Organismo Executor apresente ao Banco, de forma que este considere satisfatória, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, evidencia de:

- (a) criação e entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa (UEP);
- (b) criação do Conselho Municipal de Saneamento (COMUSA);
- (c) entrada em vigência do Fundo Municipal de Saneamento;
- (d) entrada em vigência de convênios de cooperação institucional com a COPASA, URBEL e SUDECAP; e
- (e) publicação do edital de pré-qualificação para a contratação da firma de apoio à UEP.

CLÁUSULA 3.03. Reembolso de despesas a débito do Financiamento Os recursos do Financiamento poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de 30 de junho de 2004 e até a data do presente Contrato, desde que se tenham cumprido requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste instrumento.

CLÁUSULA 3.04. Prazos para o desembolso do Financiamento. (a) O valor total dos recursos do Financiamento não poderá ser desembolsado em prazo inferior a três (3) anos contado a partir da data de vigência do presente Contrato.

1563/OC-BR

Patricia Ribetto Quatary
Assessoria de Planejamento e Convênios - GPP
Secretaria Municipal de Planejamento e Coord. Geral

CONFERE COM O ORIGINAL

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: *Patricia R. Quatary* BM: 27.698-0

Sec. Mun. Planejamento e Coord. Geral

6

(b) O prazo para o desembolso dos recursos do Financiamento será de cinco (5) anos, contado a partir da data de vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA 3.05. Fundo Rotativo. Os relatórios e demonstrações financeiras referentes à execução do Programa que o Mutuário deverá apresentar ao Banco, conforme o artigo 7.03 das Normas Gerais, deverão incluir a informação contábil-financeira sobre a administração dos recursos do Fundo Rotativo de acordo com as normas exigidas pelo Banco.

CAPÍTULO IV

Execução do Programa

CLÁUSULA 4.01. Disposições relativas a preços e aquisições. (a) As aquisições de bens assim como as contratações de obras e serviços correlatos que sejam pagas com recursos do Financiamento estarão sujeitas aos Procedimentos para Licitações que figuram como Anexo B deste Contrato. Quando o valor estimado dos bens e serviços correlatos for igual ou superior à quantia equivalente a trezentos e cinquenta mil dólares (US\$350.000), e quando o valor estimado das obras for igual ou superior à quantia equivalente a cinco milhões de dólares (US\$5.000.000) e sempre que o Órgão Executor ou a entidade encarregada de efetuar as licitações pertencer ao setor público, aplicar-se-á a licitação pública internacional como método de aquisição de bens ou contratação de obras, de acordo com o disposto no Anexo B acima referido.

(b) A menos que as partes estipulem outro procedimento, antes de convocar cada licitação pública ou, se não houver licitação, antes da aquisição dos bens ou do início das obras, o Mutuário deverá submeter ao Banco: os planos gerais, as especificações, os orçamentos e os demais documentos requeridos para a aquisição ou a construção e, se for o caso, as diretrizes específicas e demais documentos necessários para o edital.

(c) No caso de obras, o Mutuário deverá apresentar, antes da adjudicação do contrato para a respectiva construção, além do disposto na alínea anterior, evidência de que se tem a posse legal, as servidões ou outros direitos pertinentes sobre os imóveis onde serão construídas. Nesta hipótese, os documentos de licitação deverão indicar expressamente que não se adjudicará qualquer contrato para a construção de obras, a menos que se possa demonstrar, de modo que o Banco considere satisfatório, que se cumpriu com o disposto nesta cláusula.

(d) Sem prejuízo do disposto no item (c) supra, para os editais de obras, o Mutuário deverá apresentar evidência de que foram incluídos como anexo, as medidas de mitigação e especificações ambientais que constam no Programa de Controle Ambiental de Obras, integrante do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e os requerimentos específicos definidos no Plano de Controle Ambiental (PCA) correspondente aprovado pela autoridade ambiental competente para outorgar a Licença de Instalação respectiva.

(e) Antes do início da primeira obra prevista no Programa, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco evidência da contratação dos serviços da firma consultora de apoio à UEP, bem como da firma de supervisão e fiscalização de obras.

CONFERE COM O ORIGINAL

1563/OC-BR

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: Patrícia R. Guaracy BM: 27.698-0
Sec. adm. Planejamento e Coord. Geral

Distrito Federal (Quaracá)
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral
Setor de Planejamento e Coordenação Geral

(f) Antes da emissão de quaisquer ordens de serviços correspondentes a obras civis integrantes de um contrato, que requeiram a remoção de famílias, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco evidência de que as famílias tenham sido reassentadas ou indenizadas devidamente.

(g) Antes de convocar as licitações para o segundo grupo de obras, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, evidência de haver contratado os estudos para o desenvolvimento do modelo hidrológico; e

(h) Antes de convocar as licitações para o terceiro grupo de obras, o Órgão Executor deverá apresentar ao Banco, evidência da implementação do modelo hidrológico.

CLÁUSULA 4.02. Manutenção. A Mutuária se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante os cinco anos seguintes à conclusão da primeira obra do Programa, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção destes, conforme disposto nos Parágrafos VIII do Anexo A. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco, ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, a Mutuária deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam totalmente corrigidas.

CLÁUSULA 4.03. Reconhecimento de despesas a débito da contrapartida local. O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da contrapartida local, despesas efetuadas no Programa até quantia equivalente a dois milhões de dólares (US\$2.000.000), que tenham sido incorridas na elaboração de projetos incluídos no Programa, bem como consultorias e serviços de apoio à preparação do Programa, e que tenham sido efetuadas dentro de um período de 18 meses anteriores à 30 de junho de 2004. Fica entendido que o Banco também poderá reconhecer como parte da contrapartida local as despesas efetuadas ou que venham a ser efetuadas com o Programa a partir de 30 de junho de 2004 e até a data do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.

CLÁUSULA 4.04. Contratação de consultores, profissionais ou especialistas. (a) O Mutuário, por si, ou por intermédio do Organismo Executor, escolherá e contratará os serviços de consultores, profissionais ou especialistas que sejam necessários para dar cumprimento às disposições pertinentes deste Contrato. Quando se utilizem recursos do Financiamento para o pagamento dos referidos serviços se seguirão os procedimentos do Anexo C.

(b) Em aditamento ao método de Seleção Baseada na Qualidade (SBQ) descrito no Anexo C, acrescentam-se os seguintes métodos de seleção de serviços de consultoria que poderão ser usados durante a execução do Programa:

(i) Seleção Baseada na Qualidade e no Preço (SBQP).

(1) Este método permite duas opções para considerar o preço e o mérito técnico como fatores de avaliação. Na primeira opção mérito

CONFERE COM O ORIGINAL.

1563/OC-BR

Elisabela Ribeiro Gusmão
Coordenadora de Projetos e Serviços
Assessoria de Planejamento e Gestão Geral
Assessoria de Planejamento e Gestão Geral
Assessoria de Planejamento e Gestão Geral

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: Patrícia R. Guaracy BM: 27.698-0
Sec. 17. Plan. e Coord. Gen.

técnico será de 80% e o preço será de 20%. Na segunda opção o mérito técnico será de 70% e o preço será de 30%. As percentagens de ponderação de mérito técnico e preço deverão constar dos documentos de pré-qualificação e seleção dos serviços de consultoria ou Convites de Seleção de Propostas. O objeto da seleção deverá ser adjudicado ao proponente cuja oferta tenha recebido a melhor avaliação e o contrato respectivo apenas poderá ser objeto de ajustes não substanciais. Dever-se-á seguir esse método de seleção nos seguintes casos: (i) quando os serviços de consultoria não forem muito complexos; (ii) quando o impacto dos referidos serviços não implicar graves conseqüências; ou (iii) quando, devido à natureza da consultoria, for provável que as ofertas apresentadas sejam de qualidade similar.

(2) O seguinte procedimento será seguido quando se utilize a SBQP:

(aa) Serão, primeiro, ponderadas as propostas de preço. Conceder-se-á um maior número de pontos à proposta de preço mais baixo e às restantes um número de pontos inversamente proporcional. Em seguida serão ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Uma vez ponderadas as propostas técnica e de preço, será atribuída uma avaliação global de acordo com os pesos relativos indicados nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas;

(bb) O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta (proposta técnica mais proposta de preço) obtenha a melhor avaliação global. Em seguida, o referido proponente deverá ser convidado para a formalização do respectivo contrato.

(ii) Seleção Baseada no Menor Preço (SBMP). Este método consiste em utilizar o preço como fator determinante da adjudicação. O objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta contenha o menor preço. O contrato respectivo poderá ser modificado apenas com relação a cláusulas não substanciais. Esse método deve ser utilizado somente quando para os serviços de consultoria pertinentes existirem práticas e normas bem estabelecidas e quando os referidos serviços forem simples e rotineiros. Quando esse método for utilizado, o procedimento seguinte deverá ser seguido:

(1) Serão abertas as propostas técnicas. Ponderadas as referidas propostas, serão determinadas quais as que alcançam o mínimo em pontos especificado nos Documentos de Pré-Seleção, de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Em seguida, serão apenas abertas as ofertas de preço cujas respectivas propostas técnicas alcancem o mínimo

CONFERE COM O ORIGINAL

1563/OC-BR

C.P.F.: 555.109.906-78

Paricla Ribeiro Guaraná
Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral

ASS.: Patrícia L. Guaraná BM: 27.698-0
Sec. de Planejamento e Coordenação Geral

de pontos. Todas as propostas técnicas, neste caso, serão consideradas em igualdade de condições;

(2) Serão avaliadas as propostas de preço e o objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente, cuja oferta de preço for a mais baixa. Em seguida, o referido proponente será convidado para a formalização do referido contrato.

(iii) Seleção quando o Preço da Consultoria for prefixado (SPF). Este método consiste em utilizar a proposta técnica como fator exclusivo de avaliação, sendo o respectivo preço prefixado. O preço prefixado não será objeto de negociação podendo, entretanto, no contrato respectivo, ser efetuados ajustes não substanciais. Esse método somente será utilizado quando os serviços de consultoria forem simples, puderem ser definidos com precisão e existirem restrições orçamentárias. Quando se utilizar esse método deverá ser adotado o seguinte procedimento:

(1) Serão primeiras ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas, já que o que será verificado é se o preço da proposta técnica melhor avaliada não é superior ao previamente fixado. O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja proposta técnica for a melhor avaliada e o preço não exceder o estabelecido no orçamento oficial e nos Documentos de Seleção ou nos convites para apresentação de propostas. Em seguida o mencionado proponente será convidado para a formalização do referido contrato.

(2) Será desqualificado o proponente que propuser um preço acima do orçamento prefixado, ainda que apresente a melhor proposta técnica. Neste caso, deverá ser aberto o envelope da proposta de preço do proponente que apresentar a segunda melhor proposta técnica e assim por diante.

(c) Com referência ao estabelecido no parágrafo 5.01(a)(i)(B) do Anexo C, quando for estimado que o custo dos serviços de uma empresa consultora será inferior ao equivalente a duzentos mil dólares (US\$200.000), não será obrigatório seguir o procedimento de pré-qualificação estipulado no citado parágrafo. Para tal efeito, será responsabilidade do Órgão Executor elaborar a lista curta de empresas consultoras que serão convidadas a apresentar propostas. Esta lista será preparada com base em informação sobre firmas que o Órgão Executor já possua, ou em expressões de interesse recebidas; incluirá um mínimo de 3 (três) e um máximo de 6 (seis) empresas, de preferência com ampla representação geográfica; e o Mutuário deverá obter a não objeção do Banco antes de enviar às empresas selecionadas os convites para apresentar propostas.

1563/OC-BR

Daniela Ribeiro Guaracy
Secretaria de Planejamento e Administração
Secretaria de Planejamento e Administração

CONFERE COM O ORIGINAL

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: *Patricia R. Guaracy* BM: 27.698-10

CLÁUSULA 4.05. Relatórios. O Mutuário apresentará ao Banco, para aprovação, os relatórios semestrais referentes à execução do Programa indicados no artigo 7.03 (a) (i) das Normas Gerais, com base nos indicadores definidos no Marco Lógico do Programa acordado com o Banco.

CLÁUSULA 4.06. Avaliação intermediária. (a) Será realizada uma avaliação intermediária do Programa quando um dos seguintes eventos ocorra: (i) tenha decorrido um prazo de 30 meses depois da assinatura do Contrato ou; (ii) 50% dos recursos do Programa tenham sido desembolsados. Esta avaliação medirá o grau de cumprimento dos indicadores de desempenho do Programa, a eficiência do processo de planejamento e do ciclo de projetos e o cumprimento das obrigações contratuais. Esta avaliação se baseará no relatório preparado pelo Mutuário, descrevendo o estado de execução do Programa.

(b) Se como resultado da revisão é determinado que o Programa necessita ser ajustado, o Banco outorgará ao Mutuário um prazo de 60 dias, dentro do qual este deverá apresentar ao Banco um plano para corrigir os problemas encontrados.

CLÁUSULA 4.07. Condições cumpridas previamente. Para fins do estabelecido na alínea (d) inciso (ii) do Artigo 5.01 das Normas Gerais, fica registrado que foi cumprida a seguinte condição antes da data da Resolução aprobatoria do Financiamento pelo Banco: que o Mutuário apresentou ao Banco os programas definitivos de reassentamento para os projetos do primeiro ano da execução do Programa.

CAPÍTULO V

Registros, Inspeções e Relatórios

CLÁUSULA 5.01. Registros, inspeções e relatórios. A Mutuária se compromete a manter registros, permitir inspeções e apresentar relatórios e demonstrações financeiras, de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 5.02. Auditorias. (a) Com relação ao estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, durante o período de execução do Programa, as demonstrações financeiras do mesmo serão apresentadas anualmente, devidamente auditadas por uma empresa independente de auditores aceita pelo Banco.

(b) As auditorias de que trata esta Cláusula serão efetuadas de acordo com os termos de referencia previamente acordados com o Banco e com os requerimentos das políticas e os procedimentos do Banco sobre auditorias. Na seleção e contratação da firma de auditoria referida no inciso (a) desta cláusula, serão utilizados os procedimentos do Banco sobre a matéria.

CONFERE COM O ORIGINAL

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: Patrícia L. Guaracy BM: 27.698-0
Sec. Mus. Planejamento e Coord. Geral

1563/OC-BR

Patrícia Ribeiro Guaracy
Coordenadora de Planejamento e Coord. Geral
Secretaria de Planejamento e Coord. Geral
Ministério do Meio Ambiente - 24.0698-9

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. As partes concordam em que este Contrato começa a vigorar na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Extinção. O pagamento total do Empréstimo, juros e comissões dará por extinto este Contrato e todas as obrigações dele derivadas.

CLÁUSULA 6.03. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos neste Contrato são válidos e exigíveis, de acordo com os termos nele estabelecidos, sem referência à legislação de qualquer país.

CLÁUSULA 6.04. Comunicações. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todo aviso, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra em virtude deste contrato será feito por escrito e considerar-se-á efetuado no momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no respectivo endereço, abaixo indicado:

Do Mutuário:

Prefeitura do Município de Belo Horizonte
Avenida Afonso Pena 1212, Centro
30190-908, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Do Órgão Executor:

Unidade Executora do Programa DRENURBS
Rua Pium-i 22, salas 202/03, Bairro Cruzeiro
30310-080, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

CLÁUSULA 6.05. Correspondência. O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Programa.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5º andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil
Fax: 61 225-4022

12

CONFERE COM O ORIGINAL

1563/OC-BR

C.P.F.: 555.109.906 - 78

Patrícia Ribeiro Quaresma
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Subsecretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN

ASS.: *Patrícia R. Quaresma* BM: 27.698-0
Seção de Planejamento, Coord. Exec.


CAPÍTULO VII

Arbitragem

CLÁUSULA 7.01. Cláusula compromissória. Para a solução de qualquer controvérsia oriunda do presente Contrato que não seja dirimida por acordo entre as partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao processo e sentença do Tribunal de Arbitragem a que se refere o Capítulo IX das Normas Gerais.

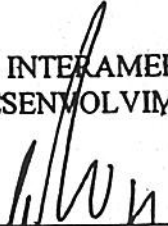
EM TESTEMUNHO DO QUE, a Mutuária e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, firmam o presente Contrato em três (3) vias de igual teor em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, no dia acima indicado.

MUNICIPIO DE BELO HORIZONTE



Fernando Damata Pimental
Prefeito de Belo Horizonte

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO



Waldemar Wirsig
Representante no Brasil

Daniela Ribeiro Quaracy
Gerente 2 de Contratos e Convênios - 453
Secretaria Municipal de Planejamento e Coord. Geral
Belo Horizonte - BA 21.628-0

CONFERE COM O ORIGINAL

1563/OC-BR

C.P.F.: 555.109.906-78

ASS.: Daniela R. Quaracy BM: 22.698-0
Sec. Mun. Planejamento e Coord. Geral

13